

CARTA DE MANAUS - 14/11/2019

Está em curso a implantação, no Brasil, de uma pauta ultraliberal, que tem como trágico resultado final a captura do Estado por parte das elites econômicas. Por esse modelo, o papel do Estado como indutor da economia e, mais grave, como garantidor de políticas públicas de proteção à sociedade, é destruído. Sob a falsa desculpa da responsabilidade fiscal, recursos são retirados de áreas essenciais e destinados à remuneração do capital financeiro, cujo exemplo maior é o pagamento da dívida pública (que cresce sem controle). No próximo ano, está previsto que a tal pagamento se destine por volta de metade do orçamento da União (algo próximo a 1,65 trilhão de reais), enquanto as despesas do mundo real (como saúde, educação, previdência, ciência e tecnologia) encontram-se não só congeladas, mas sob ataque.

O desmanche do Estado ora em curso tem como consequência a destruição de direitos da sociedade em geral e dos servidores públicos em particular. Especificamente na área de C&T são claras as ameaças aos Institutos Públicos de pesquisa – materializadas, por exemplo, na proposta de fusão da CAPES com o CNPq e na alteração estrutural da CNEN, sem qualquer discussão com a comunidade institucional ou com a sociedade em geral. Essas e outras iniciativas (como o confisco do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia/FNDCT, pela equipe econômica) impactam fortemente o sistema nacional de C&T.

Nesse conjunto de medidas de destruição do Estado e da cidadania (como, por exemplo, os ataques à previdência e a destruição de direitos trabalhistas) toma corpo a reforma administrativa, que ameaça os serviços públicos essenciais à população, pela não recomposição de sua força de trabalho, o que, em nossa área, significa uma ameaça de desmonte dos Institutos Públicos de pesquisa e órgãos fomentadores da ciência nacional, promovendo ainda a desfiguração e extinção das carreiras de C&T.

Frente a esse grave quadro, as instituições representativas dos servidores das carreiras de C&T que compõem o Fórum de C&T, reunidas em Manaus entre 12 e 14 de novembro de 2019, decidiram, sem abrir mão das pautas anteriores, notadamente as explicitadas em seu seminário anterior (que gerou a Carta de BH, em 2018) decidiram priorizar as seguintes ações emergenciais em busca da defesa da sociedade brasileira e de um Estado a serviço dessa sociedade, tomando como ponto de partida a defesa do Sistema de Ciência e Tecnologia:

1. Denunciar os riscos que a reforma administrativa trará às instituições públicas, especialmente aos Institutos Públicos de Pesquisa e órgãos fomentadores da ciência, e os prejuízos que acarretará para a sociedade;
2. Promover a formação da população, motivando sua participação na defesa da democracia, do serviço público como direito e propriedade do povo, e das instituições e carreiras de C&T,

3. Construir alianças com outros setores que atuam em defesa da cidadania para, coletivamente, trabalhar na conscientização da sociedade sobre os projetos neoliberais e suas perversas consequências para o povo e seus direitos, atuando conjuntamente com elas em defesa do serviço público como um direito da população;
4. Conscientizar os servidores ativos e aposentados, e pensionistas sobre os prejuízos que a extinção das Carreiras de C&T pode lhes trazer, por exemplo, a partir da quebra da paridade salarial dos aposentados com os ativos e da perda de direitos conquistados ao longo dos anos em virtude da atual estrutura de carreiras;
5. Apoiar e fomentar setores que enfrentem dificuldades de organização;
6. Trabalhar pela unificação das ações e mobilizações, permitindo a construção de pautas unitárias e calendários conjuntos de ação, em defesa de C&T, do serviço público em geral e dos direitos sob ataque;
7. Buscar a união dos servidores ativos e aposentados, prestadores de serviço, bolsistas, estagiários, pós-graduandos e demais colaboradores, tentando agregar as várias reivindicações à luta do movimento sindical em defesa do serviço público e dos direitos da cidadania;
8. Melhorar a comunicação do Fórum de C&T com a sociedade, inclusive ampliando as plataformas de comunicação utilizadas;
9. Intensificar os contatos com parlamentares das mais variadas correntes que se coadunem com a defesa da cidadania, contra os ataques ao serviço público como direito da população e com a defesa da ciência e tecnologia como caminho para o desenvolvimento nacional;